

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. DIEGO GARCIA)

Requer a declaração de prejudicialidade, por perda de objeto, do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2023.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 164, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que seja declarado prejudicado, por perda de objeto, o Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2023, que susta os efeitos da Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino”.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2023, pretende sustar os efeitos da Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que “dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino”.

Um de seus principais pontos consistia na elevação regulamentar de 20% para 40% na possibilidade de atividades de educação a distância (EaD) em cursos superiores presenciais. No entanto, a referida Portaria perdeu a eficácia por ocasião da edição do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que, por exemplo, nesse tema, estabeleceu que “os cursos



de graduação presencial deverão ofertar, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carga horária total por meio de atividades presenciais” (art. 10).

Com a perda de eficácia da Portaria em questão, devido à edição de outra norma infralegal superior a ela (o Decreto), fica clara a perda de objeto da proposição, de modo que solicitamos que a Presidência da Comissão de Educação declare a prejudicialidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2023, com fundamento no art. 164, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DIEGO GARCIA

2025-18398

